

Leonardo Medeiros Júnior 

PROCESSO ESTRUTURAL **CONSEQUENCIALISTA**

A intervenção judicial em políticas públicas

Prefácio: Marcos Antônio Rios da Nóbrega

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2018

Copyright © 2018 by Leonardo Medeiros Júnior

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas
Foto: Adriana Sá

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

M488p

Medeiros Júnior, Leonardo.

Processo estrutural consequencialista : a intervenção judicial
em políticas públicas / Leonardo Medeiros Júnior. Rio de
Janeiro : Lumen Juris, 2018.

204 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 171-191.

ISBN 978-85-519-1053-5

1. Direitos Fundamentais. 2. Políticas Públicas. 3. Litígio.
4. Controle Judicial. 5. Consequencialismo. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Apresentação	1
Prefácio	5
Introdução	7
1 A Efetivação dos Direitos Fundamentais Sociais	
Prestacionais pelo Poder Judiciário	13
1.1 Do Constitucionalismo Social	14
1.2 Direitos Sociais como Direitos Fundamentais	20
1.3 A implementação dos Direitos Fundamentais Sociais.....	27
1.4 A concretização dos direitos fundamentais sociais pelo Poder Judiciário.....	46
1.4.1 A crítica da falta de legitimação democrática dos órgãos jurisdicionais.....	48
1.4.2 O princípio da separação de Poderes	52
1.4.3 O argumento da incompetência técnica dos juízes para lidar com questões econômicas.....	56
1.5 O ativismo judicial.....	57
1.5.1 Instrumentos processuais para a tutela dos direitos fundamentais sociais	64
1.5.2 A individualização de processos coletivos e os problemas da judicialização dos direitos fundamentais sociais	70

2 O Processo Estrutural como Instrumento de Concretização dos Direitos Fundamentais Sociais	75
2.1 O que são processos estruturais?.....	82
2.1.1 A Experiência estadunidense.....	86
2.1.2 O “leading case” Brown v. Board of Education of Topeka e as reformas estruturais	87
2.2 A decisão estrutural	90
2.3 A inexistência de uma teoria do litígio estrutural	94
2.4 A viabilidade de aplicação do processo estrutural no sistema jurídico brasileiro.....	95
2.4.1 Algumas decisões estruturais no âmbito do Supremo Tribunal Federal.....	102
2.4.1.1 O caso Raposa Serra do Sol – Pet n. 3.388/RR.....	102
2.4.1.2 O direito de greve pelos servidores públicos civis - Mandado de Injunção n. 708/DF	104
2.5 Decisões estruturais por Tribunais e juízes monocráticos	105
2.5.1 A Ação Civil Pública do Carvão na Justiça Federal de Criciúma.....	105
2.5.2 O caso das creches em São Paulo	112
2.5.3 A intervenção judicial na Fundação Estadual da Criança e do Adolescente (FUNDAC/RN)	117
2.6 O Projeto de Lei de Controle Jurisdicional de Políticas Públicas (PL 8058/2014).....	121
3 Decisão Estruturante e Consequencialismo.....	127
3.1 O consequencialismo decisório e pragmatismo cotidiano	129

3.2 A jurimetria a serviço do Poder Judiciário.....	137
3.3 Decisão estruturante e orçamento público	145
3.4 Desafios e perspectivas da concretização dos direitos fundamentais sociais pelo Poder Judiciário com a adoção de decisões estruturais consequencialistas	150
Conclusão	161
Referências	171